

Prioridade social sobre a dívida

J. CARLOS DE ASSIS

Entrevistado pelo repórter Lucas Mendes em Washington, no sábado, o Presidente eleito Fernando Collor sugeria estar repetindo um clichê desgastado quando garantiu, em resposta a uma pergunta sobre a dívida externa, que "o Brasil não abrirá mão do crescimento econômico". Quando a maioria dos telespectadores da Globo antecipava mentalmente a conclusão da frase, que parecia encaminhar-se para algo como "só com o crescimento podemos pagar a dívida", ele completou secamente:

— Só com o crescimento podemos ter recursos para realizar os grandes programas sociais necessários ao País.

Se a prática vai se seguir à prédica, é algo ainda por ver. Entretanto, registre-se que pela primeira vez, desde a crise da dívida no início da década, uma autoridade brasileira (não digo um Presidente da República) repõe na perspectiva correta o eixo do nosso relacionamento com a comunidade internacional. Ou seja, esse relacionamento deve submeter-se às prioridades internas, definidas segundo critérios determinados por nossa realidade econômica, social e política.

Desde fins de 1982, quando eclodiu a crise da dívida, os formuladores de política não conseguiram implementar, ou sequer definir conceitualmente, uma estratégia de negociação segundo o interesse nacional objetivo. Nem esse interesse ficou muito claro. Para Delfim Netto, o interesse nacional, relacionado com o problema do endividamento brasileiro, era criar as condições para o País voltar ao mercado voluntário de empréstimos em moeda. Para isso, tinha de pegar a qualquer custo o serviço da dívida acumulada, e nas condições contratadas.

O desequilíbrio inflacionário interno gerado pelo esforço externo não impressionou o então Ministro do Planejamento. Os mega-superávits comerciais com o exterior a partir de 1983 favoreceram a interpretação de que o estrangulamento externo poderia ser resolvido de forma convencional, segundo a cartilha do FMI. Essa interpretação orientou o acordo preliminar alinhavado por Affonso Celso Pastore com os bancos credores e o FMI, antes da instalação da Nova República, sob a discreta autorização de Tancredo Neves (já eleito) e evidente entusiasmo das forças conservadoras internas e externas.

Com o respeito que se tem à habilidade política de Tancredo, deve-se reconhecer que "não pagar a dívida com a fome do povo" não passava de frase de efeito, sobretudo se se tem a intenção de entregar o Ministério da Fazenda e a negociação externa a alguém com as credenciais de Francisco Dornelles. Por ironia do destino, ela quase ganhou autenticidade ao ser repetida por Sarney.

O fato é que Tancredo teria autoridade política para fazer qualquer acordo, mesmo destinado ao fracasso. Sarney não. O vice empossado num clima de trauma político tinha de passar pelo crivo da avaliação do PMDB, o partido hegemônico na Aliança Democrática. Egresso da presidência do PDS, estava sob forte patrulhamento ideológico. Por isso não permitiu a Dornelles implementar o acordo Pastore. Com a posterior demissão de Dornelles e a indicação de Dilson Funaro, o rumo filosófico da negociação podia ter mudado. Não mudou.

Quando o Brasil declarou a moratória em 1987, era porque já não dispunha de caixa. Motivo idêntico ao disparador

da atual moratória. Temia-se sobretudo a reação dos banqueiros.

O Ministro Bresser Pereira assumiu com a moratória em curso. No início parecia determinado a fazer tudo para suspendê-la. Descobriu-se, nesse interim, que o diabo não era tão feio quanto se pensava. Os bancos não nos estrangularam. Como também não quebramos os nossos credores. Preservaram-se as linhas comerciais e de curto prazo. Salvaram-se nossos bancos lá fora. No entanto, só aos poucos Bresser foi mudando sua visão convencional em favor de uma linha menos ortodoxa. Propôs a redução da dívida com securitização dos novos títulos — sendo por isso ridicularizado pelo antecessor do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, N. Brady, que acabaria por dar seu nome a um programa de redução de dívida do Terceiro Mundo com securitização.

Os tempos eram outros, e a postura oficial dos Estados Unidos sobre a dívida não havia mudado. O fato é que a moratória também não chegou a alcançar o Clube de Paris e as agências multilaterais de crédito, como ocorre injustificadamente também hoje. Isso não significou qualquer simpatia especial dos Governos e das agências em relação a nossas dificuldades, nem impediu que os fluxos de recursos destas instituições para o Brasil se tornassem fortemente negativos.

Quando Bresser percebeu que não haveria transigência, já era tarde. Foi defenestrado sob pressão explícita dos banqueiros e de seus associados (de interesses, e ideológicos), assim como havia acontecido com Funaro. Entremetidos, o Brasil conseguiu acumular caixa com novos superávits, numa escala que despertou a cobiça dos credores para a retomada dos pagamentos "normais". Coube a Mailson da Nóbrega assinar o novo acordo, rigorosamente dentro do padrão tradicional, introduzindo algumas novidades ainda em maior detrimento do interesse nacional, a exemplo da autorização para o **relanding** e a conversão em investimentos no setor privado.

A despeito da retórica oscilante do Governo Sarney, vimos pagando a dívida com a fome do povo. Sobretudo dos absolutamente marginalizados, que têm pouco ou nenhuma forma de proteção contra a aceleração inflacionária. E temos relegado a segundo plano os dramáticos problemas sociais do Brasil, a pretexto do elevado déficit público provocado exclusivamente pela dívida externa e suas repercussões sobre a interna.

É contra esse quadro de fundo que a declaração de Collor nos Estados Unidos deve ser analisada. Trata-se de uma mudança radical de postura, se de fato indica uma reorientação real de prioridades. Essa mudança seria tão profunda que, guardadas as proporções, pouco deveria em termos filosóficos às motivações que levaram o próximo anfitrião de Collor a desencadear o processo de "reestruturação" da União Soviética.

"A queda das taxas de crescimento e a estagnação econômica acabaram por influenciar outros aspectos da sociedade soviética — escreve Mikhail Gorbachov em seu **Perestroika**. A esfera social foi seriamente afetada por tendências negativas, o que levou ao aparecimento do chamado **princípio residual**, de acordo com o qual os programas sociais e culturais recebiam o que sobrava do orçamento depois da alocação dos recursos para a produção. Parecia que éramos insensíveis aos problemas sociais. A esfera social começou a ser relegada a posições inferiores em relação a outras em termos de desenvolvimento tecnológico, **know-how**, pessoal e, principalmente, qualidade do trabalho."

Teremos nossa **perestroika** com Collor? Se tivermos, seu anúncio terá sido o tratamento da questão social como prioritário, e o da questão da dívida como residual. Quem viver verá.